

REFLEXÕES SOBRE POPULAÇÃO À LUZ DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Najla Mehanna Mormul

Professora do curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Campus de Francisco Beltrão e doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá. Integrante do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização-NEMO.
hinidmormul@gmail.com

Márcio Mendes Rocha

Professor Associado do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação (M-D) da Universidade Estadual de Maringá, coordenador do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização- NEMO/ UEM.
mmrocha@uem.br

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir como a temática da população foi sendo abordada pela ciência geográfica. Neste sentido, temos a pretensão de contribuir para a análise e reflexão acerca do estudo da população na Geografia e, ao mesmo tempo ao dialogar com a Geografia entender as diferenciadas formas como tema populacional fora abordado, e ainda sinalizar como o debate sobre o tema se apresenta, e como se mantém, ou não, ao se pensar a população à luz da Geografia na atualidade. Para construir esse artigo recorreremos a alguns teóricos clássicos da Geografia, por reconhecermos a importância de situarmos, mesmo que sucintamente, a importante contribuição deixada por eles. Da mesma forma, buscou-se construir um movimento histórico do pensamento geográfico, levando em conta a articulação com a temática da população. Tendo visto a amplitude do tema, procurou-se priorizar aspectos qualitativos, ou seja, lançou-se mão do método de investigação histórica crítica, e com isso recuperar um pouco da história da Geografia, através de uma leitura dialética da ciência geográfica. Para tanto, deparamo-nos com o desafio de estudar as possibilidades e limitações da população como mediadora do processo de entender o passado, presente e futuro da humanidade, num contexto no qual homem depara-se com um espaço que na maioria das vezes, nem ajudou a criar. A Geografia está diretamente relacionada às transformações do mundo, que numa análise crítica agora com novas nuances, defronta-se com a tarefa de entender o espaço geográfico num contexto bastante complexo no qual está inserida a população.

Palavras-chave: População. Geografia. Espaço geográfico.

REFLECTIONS OF THE POPULATION ON THE LIGHT OF THE GEOGRAPHICAL THOUGHT

ABSTRACT: This article aims to discuss how the issue of population was being addressed by geographic science. In this sense, our intention to contribute to the analysis and reflection on the study of the geography and population, while the dialogue with the different ways to understand the geography as a subject population was approached, and still flag as the debate on the subject is features, and is held or not, when considering the population in the light of Geography in the news. To build this article we turn to some classical theorists of Geography, because we recognize the importance of situating, even briefly, the important contribution they left. Likewise, we sought to build a movement history of geographical thought, taking into account the connection with the issue of population. Having seen the breadth of the subject, we tried to prioritize qualitative aspects; it employed the method of critical historical research, and thus regain some of the history of geography, through a dialectical reading of geographical science. To this end, we are faced with the challenge of studying the possibilities and limitations of the population as a mediator in the process of understanding the past, present and future of humanity in a context in which man is confronted with a space that most of the time, nor helped create. Geography is directly related to changes in the world, that a review now with new nuances, faced with the task of understanding the geographical area in a very complex context in which the population is included.

Keywords: population. Geography. geographic space.

INTRODUÇÃO

A pretensão de dialogar com a ciência geográfica repousa na tentativa de entender a população à luz da Geografia, reconhecendo a importância do tema e buscando identificar de forma sucinta como esse tema fora abordado pela Geografia. E, com isso contribuir para que possamos aprofundar pesquisas futuras, bem como avaliarmos a presença deste tema na Geografia, antes mesmo, da população se tornar uma disciplina acadêmica, certo que poderemos contribuir de forma singela sobre esta questão, e por acreditar que importantes contribuições podem resultar de futuras investigações escrevemos este trabalho.

No momento retomaremos um pouco da história da Geografia, visto que não teríamos condições de fazer análises mais profícuas nesse espaço sobre o tema. Porém, mesmo as considerações sendo preliminares são relevantes, uma vez que as questões afetas a população estão imbricadas na constituição da ciência geográfica. Outro aspecto importante ao se pensar

essa temática, trata-se do seu caráter interdisciplinar, uma vez que os estudos ligados à população estão presentes em várias ciências, se caracterizando como um tema interessante e complexo.

Assim, como forma de aquecer as discussões sobre o tema, tendo em vista sua complexidade e abrangência, organizou este trabalho em duas partes, na primeira se fará um breve apanhado histórico da Geografia, e na segunda será abordada, sucintamente, como a população apareceu e/ou foi compreendida pela Geografia.

BREVE INCURSÃO PELO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

A preocupação do homem em conhecer o meio no qual se desenvolve sua vida é antiga, seja impulsionada por fins de sobrevivência, econômico ou políticos ou até mesmo por curiosidade, essa ambição ou desejo se faz presente na história da humanidade. A abordagem sistemática do conhecimento da Terra foi por muito tempo o objetivo da Geografia, disciplina cujo nascimento pode ser situado na própria origem do homem. Embora, só tenha alcançado a categoria de ciência no século XIX, em especial, pelo conhecimento acumulado pela civilização grega.

Os conhecimentos de cunho geográfico sofreram ao longo da história, uma série de transformações resultantes do contexto histórico em que foram produzidos. Nos fins dos séculos XIII e XIV, com o maior desenvolvimento do comércio, os burgueses que viviam nas cidades, passaram a se opor ao regime feudal, e exercer influência junto aos reis absolutistas. A disputa pelo poder político e a difusão de novos ideais começou a produzir movimentos contraditórios. As descobertas proporcionadas pelas grandes navegações possibilitaram uma expansão extraordinária do espaço conhecido, esses conhecimentos contribuíram para que a Idade Moderna gestasse os precursores da Geografia científica.

O desenvolvimento das ciências em geral e da Geografia, acelerou-se nos séculos XVIII e XIX, em consequência da expansão do capitalismo. O século XIX representou também o período da consolidação do poder dos burgueses, que, até então, tinham sido contrários ao regime feudal. Detentora do poder político, a burguesia percebeu que, para sua consolidação, tornava-se importante a utilização de outros meios, inclusive o controle das instituições, as quais

possibilitariam sua afirmação no poder. Portanto, de modo bastante convincente, os burgueses impuseram o seu modo de ver a realidade.

Até o final do século XVIII, não era possível falar de conhecimento geográfico como algo uniformizado. Designava Geografia os relatos de viagem, compêndios de curiosidades sobre os mais diferentes lugares, relatórios estatísticos de órgãos administrativos e catálogos sistemáticos sobre continentes. Portanto, a sistematização do conhecimento geográfico só viria a ocorrer no início do século XIX, uma vez que, nessa época, umas séries de condições históricas estavam “prontas”, ou seja, os pressupostos históricos da sistematização da Geografia realizavam-se no processo de avanços das relações de produção capitalistas.

O primeiro pressuposto dizia respeito ao conhecimento efetivo da extensão real do planeta. Era necessário que a Terra fosse toda conhecida para que fosse pensado de forma unitária seu estudo. Essa condição começa a se realizar com as grandes navegações, e as consequentes descobertas efetuadas pelos europeus, a constituição de um espaço mundial, que tem por centro difusor a Europa, é elemento destacado do processo de transição do feudalismo para o capitalismo. A formação desse modo de produção exige a articulação de suas relações a uma escala planetária, o que faz expandir a área de ação das sociedades européias a todo globo terrestre. Outro pressuposto era a existência de um repositório de informações sobre variados lugares da Terra, o aparecimento de uma Geografia unitária residia no aprimoramento das técnicas cartográficas, enfim todas as condições materiais para a sistematização da Geografia são forjadas no processo de avanço e domínio das relações capitalistas (MORAES, 2003, p. 41-43).

É possível verificar ao longo da história que o desenvolvimento mais efetivo da ciência geográfica foi resultante dos desdobramentos do sistema capitalista. Logo, notamos o quanto os conhecimentos geográficos contribuiriam para o fortalecimento da burguesia, já que essa desejava mais poder e, concomitantemente, o desenvolvimento do sistema capitalista agudizava as contradições sociais.

A institucionalização da Geografia como ciência, não se deu por acaso na Alemanha. Algumas foram às condições que propiciaram o surgimento da Geografia moderna na Alemanha: primeiro, um território fragmentado em dezenas de pequenos reinos; segundo, o desejo de expansão imperialista, constitutivo do capitalismo industrial.

Na Alemanha do século XIX, à luz dos trabalhos de Alexander Von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779 –1859) a Geografia passou a ter maior cientificidade. Com a

contribuição desses grandes mestres, a Geografia se fortaleceu. Neste sentido, Pereira (1992) também complementa que o desejo de expansão imperialista alemão, apresentou-se como decisivo para a consolidação da nova ciência; o surgimento da Geografia articula-se, pois, com motivações de natureza política. A formação do Estado Nacional alemão precisava de estímulos, o que fez com que o discurso geográfico assumisse uma centralidade.

O século XIX representou um período categórico para a história do pensamento geográfico, a Geografia nesse período atingiu *status* científico, a partir disso o desenvolvimento da ciência geográfica estavam atreladas as mudanças que se processavam no mundo moderno, que passou a exigir um maior e melhor entendimento do espaço e das relações humanas neles travados.

A Geografia depois de ser institucionalizada proporcionou o surgimento das escolas nacionais e com elas, as denominadas correntes de pensamento. As formas pensadas à disciplina geográfica em cada momento histórico foram denominadas como paradigmas geográficos (determinismo, o possibilismo, o método regional, a nova Geografia e a Geografia crítica). Vale destacar que cada um desses paradigmas refletiu a situação social, política e econômica da época em que se desenvolveram, sendo que, desde o surgimento da ciência geográfica, sempre houve uma ou duas correntes dominantes. Assim, todas as principais escolas nacionais também tiveram seus trabalhos norteados por uma ou duas das correntes de pensamento, sobretudo, as pioneiras. É importante dizer que, mesmo reconhecendo a importância dessas escolas e das correntes de pensamento, não temos a pretensão de realizar um trabalho linear, cronológico, como se fosse possível aprisionar o as relações que subjazem cada contexto de produção do conhecimento num dado momento.

Na Geografia, se convencionou a evocar Friedrich Ratzel (1844-1904) como o precursor das ideias deterministas, mais ainda, seu grande organizador e divulgador. Vale destacar, que Ratzel, foi muito criticado ao compor suas obras, já que muitas vezes, não compartilhava de muitas das ideias que lhe eram impostas, como a de ser um determinista, porém, entende-se melhor a obra se entender o contexto em que foi produzida.

A formação básica de Ratzel passou pela zoologia, geologia e anatomia comparada; foi aluno de Haeckel, o fundador da ecologia, que o introduziu no darwinismo (CORRÊA, 1995 p.

10). Neste sentido, não foram poucos os teóricos que afirmam que Ratzel era positivista e, por conseguinte determinista, como é possível perceber na citação abaixo:

A obra de Friedrich Ratzel representou um papel fundamental no processo de sistematização da geografia moderna. Ela contém a primeira proposta explícita de um estudo geográfico especificamente dedicado à discussão dos problemas humanos. Foi, assim, de sua autoria uma das pioneiras formulações – sem dúvida a mais trabalhada – de uma geografia do homem. A importância de sua obra também emerge por ela ter sido uma das originárias manifestações do positivismo nesse campo de conhecimento científico. Ratzel foi um dos interlocutores desse método – que posteriormente se assentou como o dominante – no âmbito do pensamento geográfico. O significado da sua produção para o desenvolvimento da geografia pode ainda ser apontado no fato de ter aclarado aquela que viria a ser principal via de indagação dos geógrafos, ou seja, a questão da relação entre sociedade e as condições ambientais. (MORAES, 1990, p.7).

Como foi ressaltado, pode se compreender melhor a obra de Ratzel quando se considera o momento histórico em que viveu, numa Alemanha recém-unificada, enquanto a Inglaterra, a França e a Rússia e os Estados Unidos já haviam colonizado boa parte do mundo. Ratzel acreditava que a França e a Inglaterra tenderiam ao esfacelamento, em virtude, de que seus domínios estavam distribuídos por países descontínuos pelo mundo e culturalmente heterogêneos. Contudo, a Rússia e os Estados Unidos seriam mais sólidos, por conta da dominância numérica e cultural de um povo. Para Ratzel a solução para o incipiente estado alemão, era expandir-se para o leste e o sul, já que a Áustria germânica foi vencida pela Prússia e, para o oeste onde o declínio de Napoleão II, poderia ser encarado como um agouro de decaimento.

Ratzel tornou-se conhecido por haver dado maior ênfase ao homem na sua formulação geográfica. Vivendo na Alemanha e tendo assistido à sua unificação, sob a égide da Prússia, formulou uma concepção geográfica que correspondia aos anseios expansionistas do novo Império. Dedicando-se às ciências naturais, sobretudo à Antropologia, encarou o homem como uma espécie animal e como elemento social, tentando buscar nos postulados de Darwin, alguns elementos que pudessem compor a evolução da humanidade.

O pensamento geográfico sofreu ao longo da história muitas transformações, decorrentes das necessidades e interesses de cada momento. A Geografia, assim como as demais ciências, encontrou no século XIX um ambiente favorável para sua disseminação. Muitos foram os

intelectuais que contribuíram para seu desenvolvimento, cada qual imprimiu a Geografia às características que consideravam necessárias, assim a produção do conhecimento geográfico de cada período corresponde aos projetos sociais, econômicos e políticos que se pretendia atingir. Isso cabe tanto para os séculos que antecederam a institucionalização da Geografia como para os que a sucederam, e assim, buscar-se-á situar a questão da população nesse processo.

POPULAÇÃO E A GEOGRAFIA

No estudo da distribuição da população humana, vale ressaltar, que as análises populacionais iniciais da Geografia tiveram como método a ideia de população da Biologia. Os geógrafos, sob influência da Biologia, ciência com maior status na modernidade, transportaram para a Geografia a forma de análise desta, como se os humanos se comportassem como colônia de fungos, por exemplo, sem levar em consideração os fatores econômicos, sociais, políticos as catástrofes naturais, e mesmo o indivíduo em sua existência.

Assim, os estudos iniciais da população na Geografia levavam em consideração várias variáveis com destaque para: crescimento, fertilidade, mortalidade, migrações. Deste modo, população, conceito advindo da biologia, passou a compor os estudos geográficos.

Para a Geografia clássica a população assume o conceito vindo da biologia e seus temários correspondiam ao homem como ser biológico e não social. Neste sentido é um homem a-histórico, não condicionado aos fluxos e refluxos das relações sociais, inclusive, as de classe. A população relatada pelos clássicos da Geografia pormenorizava as diferenças e os contrastes. A percepção de que os espaços erigidos se diferenciam exigiu novas formas de praticar o estudo da população na ciência geográfica. Novas conceituações foram inseridas a fim de legitimar análises demográficas.

Por muito tempo, o estudo da população na Geografia respaldou-se quase que exclusivamente na análise de como se comportavam indicadores estatísticos que generalizavam o conjunto populacional. Os números, conforme os geógrafos tradicionais traziam consigo respostas acerca da realidade socioeconômica de determinado, lugar, região ou país.

É inegável a contribuição de importantes geógrafos como Vidal de La Blache, Friedrich Ratzel (geografia clássica) Pierre George, Jacqueline Beaujeu Garnier (geografia moderna), entre

muitos outros, que contribuíram significativamente com o estudo da população na Geografia, suas colaborações encontraram eco nos vários ramos da Geografia. Porém, vale ressaltar que o contexto em que esses estudos populacionais foram desenvolvidos, revela-nos que estavam voltados a entender as questões de seu tempo.

O campo de estudo da Geografia humana clássica que abordava temas populacionais, centralizou boa parte de seus esforços em explicar a distribuição e as características dos povos. Essa distribuição, porém, somente pode ser compreendida a luz das condições que foram criadas, ou seja, analisando a forma como as pessoas satisfazem suas necessidades e garantem sua subsistência; seus valores culturais e sociais, suas ferramentas de organização e o desenvolvimento de seus hábitos.

Os estudos da população na Geografia no início do século ainda XX eram incipientes, isto é, sem obras específicas, contudo, era necessária a obtenção de dados populacionais para criar e controlar o território. Portanto, o fato de não termos obras específicas sobre população não significa que este tema não tenha sido tratado antes, uma obra, muitas vezes, vem para firmar a importância do tema em determinado contexto histórico. Dessa forma, após a sistematização do tema, houve a possibilidade de um maior diálogo, o que refletiu nas universidades, nos cursos de formação docente e também nas escolas de ensino básico.

O debate sobre os estudos populacionais repercutiu na postura de muitos geógrafos, que passaram a não se satisfazerem com médias nacionais, que frequentemente disfarçavam fortes contrastes regionais. Buscando, assim, desenvolver métodos de estudos e análises que realmente contribuíssem no entendimento da dinâmica demográfica e seus condicionantes.

Em meados do século XX, período caracterizado pela intensa urbanização, industrialização e expansão de capital, acabou gerando modificações profundas na organização espacial, o que inviabilizou a aplicação dos paradigmas tradicionais especialmente, por suas características, disjuntivas e reducionistas, proporcionando o surgimento do que se convencionou a se chamar nova Geografia, na qual se utilizava frequentemente, técnicas estatísticas e matemáticas, o emprego da geometria e de modelos normativos, elementos que foram bem aceito no estudo da população.

Em oposição ao pensamento da nova Geografia, emergiu, a partir da década de 70 do século XX, a Geografia crítica nela população deixa de ser abstrata, e passa a permear

preocupação acerca da luta de classes. Para Foucault (1926 – 1984) população é uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existe profunda, essencial, biologicamente ligado à materialidade dentro da qual existem. Ao longo de suas obras Michel Foucault desenvolveu seus estudos a partir de evidências que denotam a organização de formas de racionalidade características às relações entre os procedimentos de poder e de saber e a constituição do sujeito na modernidade.

Em síntese, a População não é um conceito numérico, por isso a Demografia não pode ser sozinha uma companheira da Geografia, em especial, ao tratar das variáveis da População, constitutivo do senso comum.

O estudo da população na Geografia exige o aporte de outras ciências sociais como a Economia Política e a Sociologia, para explicar o porquê do lugar de pessoas nas classes sociais, a perda dos indivíduos na coisidade da força de trabalho do homem genérico, ao mesmo tempo submetido na sociedade, não por obra do acaso, mas das leis sociais dominantes (RIQUE, 2004, p.30).

Infelizmente, os estudos demógrafos-populacionais, na Geografia, são em grande parte da competência do senso comum, e acabam explicitando os fenômenos por eles mesmos, ou seja, não explicam a realidade do fenômeno, na maior parte das vezes descreve-os, e descrever a realidade apenas não significa produzir ciência.

O modo como são interpretados e analisados os dados da População pautados numa visão empirista, torna o estudo da População, bem como de suas variáveis como algo estanque e distante da realidade. Para suplantar a ideia “cristalizada” que temos ao pensar a População, precisamos lançar mão de diferentes métodos, até ousaria em dizer que, tratasse de reescrever uma diferente história da População na Geografia. A abordagem realizada acerca do contexto da ciência teve como objetivo promover uma análise que permita verificar, que em função do método utilizado, pode-se chegar a resultados diferentes sobre o mesmo problema ou não se chegar a nenhum resultado.

Os fenômenos por si só não explicam o todo da realidade, eles são manifestações parcial desta realidade, isto é, manifestação aparente da realidade. Nenhum fenômeno encontra explicação apenas na aparência. É preciso mergulhar em direção a sua essência, ou seja, do contexto, das contradições e de toda gama de relações que produzem determinado fenômeno,

para que se possam entender seus determinantes, suas implicações, a fim de que se possa encontrar a raiz do problema e como isso compreendê-lo.

Decorre daí a necessidade de entender nosso problema, explicando os fenômenos pela sua essência, e assim abordar o contexto da População pelo prisma da ciência, que é uma construção e produção humana, ou seja, entender o fenômeno da População anexo com a realidade da qual foi e está sendo produzido, e imbuído em sua totalidade.

Ao retornar a indagação sobre como nós geógrafos e professores de Geografia, podemos entender a População e, ao mesmo tempo, contribuir de forma significativa para repensar as questões adjacentes a População. Percebemos que isso está alicerçado na concepção de ciência e de Geografia que temos, ou seja, enquanto professores e pesquisadores nos apropriamos e sofremos influência de ideias já existentes, e acima de tudo, buscamos construir algo novo. Neste sentido, nossa indagação faz sentido na medida em que situamo-las na realidade e continuamos a busca de desvelar nossa inquietação.

No curso **Segurança Território e População** dado no Collège de France (1977-1978), Michel Foucault dá prosseguimento em seus estudos sobre as práticas da biopolítica. Ampliando seus questionamentos sobre as circunstâncias históricas do conhecimento que se evidencia e tem como objetivo conhecer o homem como um sujeito biológico e racional. Logo em suas primeiras palavras Michel Foucault delimita com objetividade que estudar sobre a biopolítica significa analisar uma série de fenômenos, isto é, o conjunto dos mecanismos pelos quais, aquilo que na espécie humana, constitui suas características biológicas.

Neste sentido o que Foucault entende por população é algo que está ligado ao essencialmente humano, histórico e socialmente construído, distanciado do conceito biológico de população inserido pela Geografia ao longo da sua história. O que possibilita um salto qualitativo nos estudos populacionais.

O autor afirma então que a definição de população e seu sentido utilitário foram se transformando de acordo com o tensionamento das relações sociais, podendo a população, inclusive, servir para ser convencida sobre determinadas formas de exercício do poder, por exemplo, a liberdade como ideologia e técnica de governo. Para Foucault biopoder é o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais pode entrar numa política, numa estratégia geral de poder.

Portanto, entre os teóricos que produziram importantes estudos sobre a questão da população da Geografia na atualidade, podemos destacar o trabalho produzido pela professora Amélia Luisa Damiani para ela “a geografia da população é compreendida como primeira aproximação dos fenômenos urbanos, políticos, econômicos, constituindo, nesse sentido, o primeiro capítulo dos tratados de geografia humana”. (DAMIANI, 2008, p.10).

Na obra **População e Geografia** a autora comenta a respeito da valorização dos dados quantitativos nos estudos populacionais em detrimento aos aspectos humanos, históricos. A importância dessa obra reside no fato de possibilitar um diálogo com a temática população, inclusive pela retomada histórica de teorias demográficas como a desenvolvida por Thomas Malthus.

Thomas Malthus (1766-1834) viveu na Inglaterra do século XVIII e XIX, para ele a miséria e o vício eram obstáculos positivos ao crescimento da população, por reequilibrarem duas forças tão desigual. A miséria para Malthus é, portanto, necessária “por outro lado, ela incita os cultivadores a aumentar o emprego da mão-de-obra disponível, abrir novas terras ao cultivo, a reharmonizar a relação população/recursos”. (DAMIANI, 2008, p. 14). Malthus discordava, inclusive, da assistência do Estado aos pobres, considerando-a nefasta, porque diminuindo a miséria em curto prazo, favoreceria o casamento e a procriação dos indigentes. Para ele era preciso distinguir o número de braços que o capital da sociedade poderia empregar e o número que poderia produzir alimentos em seu território.

Para Damiani, “Malthus não só está vivo através do pensamento neomalthusiano do século XX que recuperou seus ensinamentos, avançando em novas direções ou vulgarizando-os, como orientou a construção da demografia, ao conferir importância socioeconômica aos problemas populacionais”. (DAMIANI, 2008)

Ao contrário de Malthus, Karl Marx (1818-1883) considerava que a população não é resultado da desproporção entre crescimento da população e dos meios de subsistência. Em outros termos, a produção de uma superpopulação absoluta, para Marx (1989) toda a vida social é essencialmente prática, todos os mistérios que levam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis.

Marx defendia que o pobre não é somente aquele privado de recursos, mas aquele incapaz de se apropriar dos meios de subsistência, por meio do trabalho. Isto ocorre, porque, no

capitalismo, a finalidade da produção é o lucro, ou melhor, a produção de mais capital, e não a satisfação das necessidades da população.

Podemos salientar que a complexidade do problema da superpopulação, no qual alguns muitos países pobres defendem que o melhor antídoto para a pobreza é o desenvolvimento, está envolvida simultaneamente as antigas e novas formas de escassez. Revelando que o processo industrial é mais custoso do que o aumento populacional.

A demografia, no interior da geografia, embora reflita uma sofisticação estatística maior, portanto, maior controle sobre dados qualitativos das populações, significa um comprometimento metodológico da análise. Ela é apresentada na Geografia como auxiliar aos estudos de população, ou seja, como primeira aproximação, primeiro momento, de uma análise mais complexa e especializada, realizada pelos outros ramos da Geografia.

O número aparece como um primeiro contato, que sugeriria um desencadeamento mais concreto e complexo. Na verdade, a complexidade histórica de um povo, de suas estruturas sociais, econômicas e políticas, certamente transcendem um modelo ou estrutura de análise indistintamente aplicada. E sua aplicação não sugere um conhecimento como um movimento em direção à leitura dessa complexidade. (DAMIANI, 2008, p.61).

Segundo alguns geógrafos a população crescente tende a diminuir o ritmo de crescimento econômico, pois parte dos investimentos é desviada para manter a população jovem dependente. A concentração das populações nas cidades é tema importante para a Geografia. Por um lado, o crescimento demográfico se apresenta como possibilidade de ampliar e aprofundar as formas de exploração do trabalhador, através do aumento dos excedentes populacionais disponíveis; de outro lado, pode potencializar os conflitos sociais e as formas de ruptura das estruturas econômicas e sociais existentes, principalmente ao atingir o universo carente dos países periféricos.

È bom destacar que sempre há interesse por trás das políticas populacionais quer sejam políticas migratórias, ou de controle de natalidade. Porém, se olharmos o contexto pelo prisma do crescimento demográfico em si, estaremos generalizando de forma muito superficial os fenômenos e deixaremos de investigar questões relevantes para o entendimento dessa temática.

Se partirmos da premissa que concentração populacional e econômica é sinônima de progresso corre-se o risco de fazermos considerações simplistas e frágeis, porque, ao mesmo tempo em que as cidades crescem, outras conjunturas despontam, ou seja, outros problemas crescem o que pode levar-nos ao ponto de naturalizarmos fenômenos extremamente complexos e desafiadores.

Enfim, podemos dizer que são muitos os autores que podemos dialogar para melhor entendermos a população e a Geografia. E com isso realizar um estudo interessante sobre a população inserida nos contextos da geografia. Trabalhando com as questões numa perspectiva histórica, retratando de forma clara o processo de alienação e de controle exercidos sobre a população, bem como de sua dinâmica.

As pesquisas sobre População estão presentes em muitas ciências, e a forma como cada uma aborda esta temática, também, é diferenciado. A Geografia por sua vez, apresenta um modo particular de discutir a População ora com maior ênfase na questão da migração, ora na questão da distribuição. Porém, reconstituir uma parte da ciência geográfica e por meio dela discutir a População é nosso objetivo. Sabemos que não encontraremos manifestações puras dos estudos populacionais na ciência geográfica, encontraremos sim, momentos de maior adesão aos estudos de População e outros de desaquecimento frente a essa temática. No entanto, o que objetivamos é refazer essa trajetória e com ela pesquisar nosso problema.

A antropologia é um ramo do conhecimento que possui um peculiar olhar para os conjuntos humanos, em especial pelo rápido desenvolvimento numérico de nossa espécie, já que isso afeta, sobremaneira, o bem estar humano. Assume, também, que os problemas de População apresentam aspectos próprios que concernem a cada continente, a cada país, dada a variedade de condições geográficas, ecológicas e demográficas e socioeconômicas. De tal modo, cabe-nos a averiguar como a Geografia humana alocou os estudos populacionais, ou seja, como ao se pensar o homem ela trata os assuntos afetos a População. Todavia, é válido destacar que o estudo de População na Geografia pode ser mais bem compreendido se postos no contexto histórico de cada momento em que foi produzido, isso não trata de realizar uma leitura linear da história, mas entender as forças políticas, econômicas e culturais que influenciaram de sobremaneira o modo como as pessoas se organizam e vivem socialmente.

Olhar para o lugar da População na Geografia é também tentar entender os reposicionamentos do mesmo no interior da trajetória desta ciência. Ao realizarmos, portanto, este exercício epistemológico, o fazemos por acreditar que o mesmo nos permitirá um melhor entendimento das dinâmicas internas que marcam o campo científico da Geografia e que ainda, mesmo que de forma residual, estão presentes nos processos ligados ao entendimento desta questão. Para além da periodização estanque entre diferentes correntes do pensamento geográfico, comumente utilizada quando se estuda a história desta ciência, nosso olhar é arqueológico, não linear. Foca-se mais nos projetos, idéias, conceitos do que nas correntes e generalizações. Debruça-se sobre os autores, suas perspectivas, seu tempo e a forma como concebiam e acreditavam ser a Geografia que realizavam.

Devemos a Pierre George (1951) a introdução da expressão Geografia da População na literatura geográfica de sua época. A partir de então, os estudos efetuados sob o título de Geografia da População tem se multiplicado e se desenvolvido em várias áreas do mundo. Nos EUA Trewartha (1953) com seu aporte sobre o tema passaria a ter influência semelhante à de George, na França. Contribuições rotuladas de Geografia da População, produzidas na Rússia, como os trabalhos de Melezin (1963) e de Pokshishevskiy (1966), ou na Índia com Chandna & Sidhu (1980), serviram para delinear os traços básicos das diferentes trajetórias nos estudos da disciplina.

A Geografia da População pode ser definida com precisão como a ciência que trata dos modos pelos quais o caráter geográfico dos lugares é formado por um conjunto de fenômenos de população que varia no interior deles através do tempo e do espaço, na medida em que seguem os outros e relacionando-se com numerosos fenômenos não-demográficos (ZELINSKY, 1969, p.2).

A partir dos anos 1950 é que se começou a elaborar uma verdadeira disciplina identificável como Geografia da População e cuja principal diferença, face às contribuições originadas de ciências diversas, estava na multiplicação de títulos consagrados integralmente à compreensão do tema População no interior da ciência geográfica. Dessa situação decorre a predominância das preocupações voltadas para a distribuição espacial. A partir de então, a Geografia da População não só foi definindo sua posição no contexto da sociedade geográfica como também, na prática, passou a contribuir para uma melhor explicação das realidades espacialmente observáveis.

Segundo Zelinsky, o propósito essencial dessa matéria é bem mais amplo e profundo que a tarefa elementar de estabelecer onde as pessoas vivem seu número e tipo. Como em todos os demais campos da Geografia, o mero onde das coisas não pode ser aceito como definição suficiente do campo e do objetivo da Geografia da População. Assim, para ser analítica, a Geografia deve olhar para o caráter inter-relacionado das coisas que variam através do espaço (ZELINSKY, 1969).

Seu desenvolvimento menos acelerado em períodos anteriores aos anos de 1950 ocorreu por três razões básicas: deficiências dos dados geográficos especialmente quanto à espacialização dos mesmos; a ênfase nos estudos regionais onde a dimensão populacional não possuía posição importante; e o desenvolvimento tardio da Demografia como provocadora dos estudos de população em Geografia. Superadas, mesmo que parcialmente, estas dificuldades tiveram uma multiplicação dos conceitos da disciplina coincidentemente com o período no qual crescia a importância das questões populacionais de forma quase universal.

Para situarmos de forma mais categórica o desenvolvimento da População na Geografia, e com isso realizar uma apreciação sobre os estudos populacionais por meio do pensamento geográfico. Buscou-se apreender como este tema fora abordado pela Geografia em seus diferentes momentos, sem com isso recorrer a uma sistematização unidimensional da produção acerca do tema, mas sim levando em conta os variados aspectos/fenômenos que compõem este estudo, fazendo uso de leituras transversais para dinamizar e problematizar a questão por nos apresentada, atribuindo história e materialidade aos elementos que compõe a nosso objeto de análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defendemos que um dos papéis que nós geógrafos e professores de geografia, devemos desempenhar na atualidade é o de desmistificar dogmas, questionar teorias, praticar a dúvida, esclarecer as diferenças, propor soluções, analisar os conflitos e buscar mudar ou transformar realidade para melhor.

Tarefa nada fácil, já que a Geografia na contemporaneidade é um ramo do conhecimento que tem como necessidade inerente o entendimento das relações produtivas e espaciais. Apesar

de ter apresentado em muitos momentos de sua trajetória uma função distorcida e até secundarizada em relação às demais ciências.

Em relação à população são importantes que sejam evidenciados os dados estatísticos, mas com a pretensão de compreendê-los, analisando como se comportam os indicadores demográficos, que devem ser visualizados criticamente.

Assim, entende-se que o estudo da população a luz do pensamento geográfico pode contribuir para que possamos aprofundar nossas análises sobre população, enfatizando, inclusive, o papel e contribuição do geógrafo acerca dessa problemática.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto L. Espaço: Um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná e outros (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977 – 1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARX, Karl, ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia – Pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.) **Ratzel**. In: FERNANDES, Florestan (Coord.). São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. O significado da Alemanha para a gênese da geografia moderna. In: **Seminário de História da Ciência e Epistemologia**, Piracicaba – SP, 1992.

RIQUE, Lenyra Rique da Silva. **Do senso comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

ZELINSKY, W. **Introdução a Geografia da População**. Rio de Janeiro: Zahar 1969.